



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

21/12/2015

**DISCURSO DO MINISTRO NELSON BARBOSA POR OCASIÃO
DA SOLENIDADE DE TRANSMISSÃO DE CARGO**

Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer à Presidenta Dilma Rousseff pelo convite e pela confiança em mim depositada para substituir o Ministro Joaquim Levy no Ministério da Fazenda.

Em segundo lugar eu gostaria de agradecer e reconhecer o trabalho do Ministro Levy à frente do Ministério da Fazenda ao longo desse ano. Tive a honra e o prazer de colaborar com o Ministro Levy em várias iniciativas importantes para o reequilíbrio de nossa economia, iniciativas que devem ser ressaltadas e valorizadas.

Nos últimos meses realizamos um grande esforço fiscal para reequilibrar as contas públicas. Adotamos medidas de redução de gastos e recuperação de receitas que representam um ajuste de R\$ 134 bilhões em relação à proposta orçamentária originalmente aprovada para este ano.

Sob a liderança do Ministério da Fazenda, também promovemos uma ampla revisão de diversos subsídios fiscais e financeiros do governo federal, melhorando o foco de nossas linhas de crédito direcionado e adequando o custo fiscal de tais linhas à nova realidade econômica do País.

Com apoio do Congresso Nacional, avançamos em reformas estruturais importantes, como o aperfeiçoamento das regras de acesso e benefício do Seguro Desemprego e do Abono Salarial, das pensões por morte e do auxílio doença. Estas reformas permitiram manter esses importantes benefícios sociais em bases mais sustentáveis

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

imprensa@fazenda.gov.br

(61) 3412-2545 | 2547

Do lado do investimento, com a colaboração e sugestões importantes do Ministério da Fazenda e de outros Ministérios, lançamos a segunda fase do programa de concessões, o PIL, que deve viabilizar um total de R\$ 198 bilhões investimentos em infraestrutura logística neste e nos próximos anos.

Enumero essas ações para destacar as realizações deste ano. Apesar de nosso esforço fiscal não ter sido suficiente para atingir a meta de resultado primário inicialmente proposta para 2015, devido à frustração das expectativas de arrecadação, é importante reconhecer que muito foi feito. E eu gostaria de ressaltar e agradecer a contribuição do Ministro Levy em todo esse processo.

Precisamos avançar mais. Precisamos continuar a aperfeiçoar nossa política econômica para recuperar a estabilidade fiscal e o controle da inflação, bem como para recuperar o nível de atividade econômica e a geração de emprego.

Neste momento nosso maior desafio é fiscal. Nosso maior desafio é construir as condições para estabilizar e depois reduzir nosso grau de endividamento público, tanto em termos de dívida líquida quanto em termos de dívida bruta.

Temos todas as condições de superar o desafio fiscal. Diferentemente do passado, quando nosso maior problema era cambial, hoje enfrentamos um problema eminentemente interno e o Estado Brasileiro tem todos os instrumentos necessários para reequilibrar nossas contas públicas.

O reequilíbrio fiscal envolve várias iniciativas, algumas delas já em andamento. Precisamos aprovar as medidas em tramitação no Congresso Nacional, sobretudo PECs da CPMF e da DRU, que nos possibilitarão melhorar a situação fiscal do país nesse momento de transição e travessia para um novo ciclo de desenvolvimento.

Precisamos também avançar mais na reformulação dos gastos obrigatórios, o que exige a adoção de medidas legislativas, de novos projetos de leis ou emendas constitucionais para aperfeiçoar o foco e melhorar a qualidade de nossas despesas.

Nos últimos meses os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Emprego e Previdência vem trabalhando na construção de propostas de reforma da previdência social, que é o nosso principal gasto primário.

Os problemas estão mapeados. Os impactos das principais alternativas de ação já estão sendo calculados e esperamos submeter nossa proposta de reforma da previdência ao conhecimento da Sociedade Brasileira e discuti-la no Congresso Nacional no primeiro semestre de 2016.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

imprensa@fazenda.gov.br

(61) 3412-2545 | 2547

Também do lado fiscal, precisamos avançar mais em uma reforma fiscal de longo prazo. Precisamos reduzir a rigidez de nosso orçamento e criar um limite para o crescimento das despesas públicas. Existem várias formas de alcançar tal objetivo e eu planejo construir uma proposta de consenso nesse sentido ao longo do próximo ano.

Do lado da receita, darei continuidade aos projetos de reforma tributária, de forma a reduzir distorções e aumentar a justiça tributária, sobretudo com a reforma do ICMS e do PIS-COFINS.

Devido à nossa situação fiscal, o foco atual da reforma tributária é a simplificação e desburocratização da arrecadação de impostos e contribuições. Nesse momento de reequilíbrio fiscal não podemos nem devemos reduzir nossa receita tributária, mas precisamos melhorar o perfil da nossa carga tributária.

Ainda no campo das reformas institucionais, eu gostaria de ressaltar a importância de melhorar nossos marcos regulatórios para criar novas oportunidades de investimento e de emprego na economia.

Pretendo trabalhar em conjunto com os demais Ministérios para aperfeiçoar nossa regulação de concessões e investimentos em infraestrutura, pois temos um grande potencial de aumento do investimento e da produtividade nas áreas de logística, energia e telecomunicações.

Também podemos e devemos melhorar o ambiente de negócios em nossa economia, com simplificação e desburocratização de processos. Estas reformas são necessárias e eu gostaria de destacar que várias delas já estão em andamento.

Para dar dois exemplos recentes, nas últimas duas semanas o governo federal editou uma MP que simplifica processos de desapropriação, o que agilizará investimentos, e outra MP que aperfeiçoa a legislação de acordos de leniência, para garantir a punição de irregularidades sem gerar danos desnecessários ao emprego.

Existem outras iniciativas institucionais importantes e eu pretendo avançar mais e mais nas chamadas reformas microeconômicas para aumentar a produtividade e recuperar o crescimento de nossa economia.

O controle da inflação é condição indispensável para a estabilidade econômica e para a retomada do crescimento.

Mais importante, o controle da inflação é crucial para preservar o poder de compra das camadas mais pobres de nossa sociedade. Nesse sentido, a redução da inflação também é uma política social e uma prioridade de nosso governo.

O Banco Central tem total autonomia para administrar a taxa básica de juros de modo a reduzir a inflação para o centro da meta estabelecida pelo governo.

Neste processo, o Ministério da Fazenda pode auxiliar o Banco Central de duas formas importantes, que planejo aperfeiçoar e fortalecer.

Em primeiro lugar, o reequilíbrio fiscal contribui para o controle da demanda agregada e a redução da volatilidade dos preços dos ativos, sobretudo da taxa de câmbio, o que ajuda o controle da inflação.

Em segundo lugar e mais importante, as diversas iniciativas de aumento da produtividade criam condições para o crescimento dos lucros das empresas e dos salários dos trabalhadores sem gerar pressões inflacionárias.

É o aumento da produtividade que compatibiliza o controle da inflação com o crescimento econômico e, portanto, esse é o foco principal de nossas medidas de política econômica.

Com a recuperação do crescimento econômico nós poderemos avançar mais no processo de inclusão social e redução de desigualdades sociais que caracteriza nossa política econômica desde 2003.

Com recuperação do crescimento nós voltaremos a gerar mais empregos, que é a melhor forma de inclusão social em qualquer economia, sobretudo em uma sociedade democrática como o Brasil.

Para finalizar eu gostaria de enfatizar que nossos desafios econômicos demandam ações imediatas. Temos que agir com senso de urgência e com serenidade.

O Estado brasileiro tem todos os instrumentos necessários para superar nossos problemas econômicos e tenho certeza que contamos com a colaboração de todos os Poderes da União, bem como dos governos subnacionais, para superar nossas atuais dificuldades.

Apesar das turbulências econômicas e políticas dos últimos meses, os investidores nacionais e internacionais podem continuar confiando no Brasil.

Vocês podem ter certeza que trabalharei incansavelmente no Ministério da Fazenda para transformar nosso potencial de desenvolvimento em oportunidades concretas de negócios e de investimentos para as empresas, e de emprego e melhoria de vida para a população.

Tenho plena consciência que cabe ao Ministério da Fazenda formular e liderar iniciativas de política econômica.

Também tenho plena convicção que não basta ao Ministério da Fazenda elaborar propostas, pois também tenho o dever e missão de construir consensos em torno das medidas necessárias para o desenvolvimento econômico e social de nosso país.

Para atingir tal objetivo, planejo manter uma intensa colaboração do Ministério da Fazenda com os demais Ministérios, bem como fortalecer nosso diálogo com o Congresso Nacional, com governadores e prefeitos, e com empresários e trabalhadores.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas, tanto do Ministério do Planejamento quanto do Ministério da Fazenda, bem como dos demais órgãos do governo.

Tive e tenho o privilégio de trabalhar com profissionais excepcionais de governo ao longo dos últimos anos. Conto com sua colaboração nessa nova empreitada, nesse momento que o Brasil precisa de nossa dedicação e esforço.

Agradeço também a minha família, especialmente a minha esposa Jussara e meu filho Henrique, pela paciência carinhosa e apoio constante nos desafios que tenho enfrentado ao longo dos últimos anos.

Muito obrigado

#####